

ANÁLISE CRÍTICA DAS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O POSITIVISMO DE COMTE E O COMPORTAMENTISMO DE SKINNER

Ligia Maria Coutes
Carolina Laurenti

Introdução

Analisar as possíveis relações entre o Positivismo de Auguste Comte (1789-1857) e o Comportamentalismo skinneriano pode suscitar opiniões controversas, uma vez que podem ser encontradas ambiguidades nas leituras de ambas as doutrinas filosóficas.

A filosofia positiva foi fundada por Auguste Comte no século XIX, época na qual a ciência moderna desfrutou de seu apogeu. Não obstante, o Positivismo comtiano, como se verá adiante, não se sobrepõe perfeitamente aos cânones do modelo científico moderno. É ponto pacífico que tanto a ciência moderna quanto o Positivismo comtiano sofreram, com justiça, várias críticas. Por outro lado, no tocante à filosofia de Comte, em particular, o termo *positivismo* é, não raro, empregado de forma indiscriminada, designando práticas estritamente condenáveis, que não acompanham *pari passu* seus princípios filosóficos. Por exemplo, a teoria positivista é usualmente compreendida de modo depreciativo, na medida em que é acusada de reduzir o objeto de estudo, priorizar a dimensão técnica e defender o emprego de um único método para as ciências (Mizukami, 1986). Mais do que isso, com seu uso indiscriminado o termo *positivismo*, após o seu ápice no século XIX, passou a designar práticas que não lhe são afetas; além de ser tratado como um conceito que arrola práticas necessariamente condenáveis, de modo que insurge como uma estratégia empregada para aviltar trabalhos de pesquisas em bancas e pareceres, e ofender desafetos.

Também podem ser verificados preconceitos e imprecisões no tocante à teoria skinneriana. Embora tenha sido situada na tradição psicológica do Comportamentalismo, a teoria de Skinner não compartilha totalmente dos pressupostos filosóficos desse sistema, questionando a ideia de o Comportamentalismo ser um sistema teórico-metodológico unificado. A filosofia de Skinner, assim como o Positivismo comtiano, foi duramente criticada. Algumas das críticas são justas e pertinentes. Outras, entretanto, erram o alvo. A literatura de comentário defende, amiúde, que a teoria skinneriana privilegia o conhecimento técnico em detrimento do teórico, reduz o seu objeto de estudo, e desconsidera a

subjetividade por lidar apenas com fatos observáveis (Davidoff, 1983; Freire, 1997; Luna, 2010; Marx & Hillix, 1993; Mizukami, 1986; Wertheimer, 1997).

Vale mencionar que muitas dessas interpretações da teoria de Skinner são pautadas em sua suposta filiação com o Positivismo comtiano. Se, por um lado, a filosofia de Comte é frequentemente mal compreendida, e, em boa medida, essa incompreensão baliza as aproximações da psicologia skinneriana aos pressupostos positivistas, qual é o alcance da relação entre Skinner e Comte?

Objetivos

Com base no exposto, este trabalho realizou um exame crítico das relações entre as filosofias de Skinner e Comte, de modo a situar em bases conceituais mais claras suas eventuais afinidades e distanciamentos.

Método

O presente trabalho é de caráter conceitual. De acordo com Abib (1996), um dos objetivos deste tipo de pesquisa é examinar a relação entre texto e pré-texto. Nessa perspectiva, considera-se como texto o discurso do Comportamentalismo Radical; e como pré-texto as filiações filosóficas dessa proposta teórica, que serão esclarecidas por meio da identificação de proximidades e, principalmente, de distanciamentos com os pressupostos do Positivismo comtiano.

O exame dos textos de Comte e Skinner pautaram-se no método de análise conceitual-estrutural de texto proposto por Lopes e Laurenti (2010), constituído por cinco etapas interdependentes: (1) levantamento e definição dos principais conceitos e categorias do texto, (2) caracterização das teses do texto, (3) elaboração de esquemas, (4) confecção de resumos e (5) a redação de um intertexto.

Em linhas gerais, na primeira etapa há o levantamento e definição dos principais conceitos e categorias do texto. Na segunda etapa ocorre a caracterização das teses do texto, que é dividida em tese tradicional (afirmação que é discutida pelo autor), crítica (posicionamento do autor decorrente das teses tradicionais adotadas) e tese alternativa (proposta apresentada pelo autor). Já a terceira etapa baseia-se na elaboração de esquemas com o objetivo de representar por meio de diagramas as relações entre as teses tradicionais, as críticas e as teses alternativas. Cabe notar que devido à relação de interdependência entre as etapas, os conceitos que foram definidos na primeira fase devem estar presentes também nessa etapa. A quarta etapa define-se pela produção de resumos. Deve ser elaborado um texto que apresente introdução, desenvolvimento e conclusão, assentado na fase anterior, ou seja, no

esquema que descreve a trama conceitual do texto. Por fim, na quinta etapa, com base nos resumos dos textos lidos, foi redigido um intertexto que busca responder às questões levantadas.

Discussão

Auguste Comte: o vilão da ciência?

Tendo em vista que, de um modo geral, as menções ao sistema positivista na literatura são, amiúde, pejorativas, cabe questionar: quais são os preceitos da filosofia positiva? Seria o sistema comtiano uma reunião de características necessariamente condenáveis?

Um estudo mais detalhado pede um pouco mais de cautela no que se refere à classificação da teoria comtiana. A filosofia positiva é, usualmente, inscrita em conformidade com o paradigma moderno de ciência, sendo inclusive reconhecida como o ápice desse modelo. Contudo, transpor todas as propriedades do modelo de ciência moderna para a filosofia comtiana parece aduzir imprecisões. A ciência moderna, por exemplo, diverge do Positivismo de Comte ao defender: a ênfase na técnica em detrimento da teoria, a adoção exclusiva do método indutivo-experimental-confirmável e o reducionismo. Discutiremos a seguir tais afirmações.

O Positivismo comtiano é acusado, como já foi apontado anteriormente, de negligenciar o conhecimento teórico em detrimento do conhecimento prático. Entretanto, segundo Comte (1983), esse tipo de pensamento reduz as investigações científicas apenas à busca de relações que permitam uma utilidade prática imediata. Isso acaba impedindo o progresso da ciência, uma vez que os conhecimentos teóricos são a base para os conhecimentos práticos. Nesse sentido, nota-se que na filosofia comtiana as ciências são destinadas primeiramente a conhecer as leis dos fenômenos, de tal maneira que as ciências concretas dependem do conhecimento produzido pelas ciências abstratas para se desenvolver. Segundo Comte (1983, p. 24):

Seja como for, é certo que o conjunto de nossos conhecimentos sobre a natureza e o dos procedimentos que daí deduzimos para modificá-la em nosso proveito formam dois sistemas essencialmente distintos em si mesmos, sendo conveniente conceber e cultivá-los separadamente. Além do mais, o primeiro sistema forma a base do segundo, de sorte que evidentemente convém considerá-lo, no início, um estudo metódico, mesmo quando nos propusermos abarcar a totalidade dos conhecimentos humanos, relativos à aplicação e à especulação.

Com base nesse trecho, parece ser possível inviabilizar uma interpretação tecnicista, essencialmente moderna, da filosofia positiva difundida na literatura de comentário.

Outro aspecto que pode ser posto em suspeita é a concepção de que o Positivismo comtiano advoga um reducionismo entre as ciências, ou seja, de que as ciências humanas deveriam ser reduzidas às ciências naturais com vistas a maximizar a produção de conhecimento prático. Essa noção é, geralmente, sustentada como uma extensão do reducionismo empregado pela ciência moderna ao Positivismo de Comte. De acordo com a ciência moderna, o conhecimento científico estaria assentado em fatos que permitissem descrever relações certas e absolutas entre eventos. Assim, as ciências naturais, por lidar com um objeto de estudo mecânico, determinista e previsível, possuiriam o *status* científico. As ciências humanas, ao tratarem de fenômenos que não se enquadram nesses cânones por serem dinâmicos, espontâneos e imprevisíveis, são consideradas inferiores, já que não permitiriam a descrição de relações de modo acurado. Elas deveriam, então, reduzir seu objeto de estudo às leis da física ou da química, de modo a desfrutar um estatuto científico privilegiado (Laurenti, 2012; Santos, 2004).

Todavia, na perspectiva de Comte (1983), as ciências devem ser classificadas de acordo com seu encadeamento lógico natural, sendo que o critério de divisão e a hierarquização das mesmas se baseiam no grau de simplicidade¹, de generalidade e dependência recíproca entre os fenômenos, e, por conseguinte, no nível de desenvolvimento em que cada área do conhecimento se encontra. Desse modo, a ciência matemática seria a ciência mais fundamental por lidar com os fenômenos mais simples e, por isso, ter alcançado o estágio positivo (fase do pensamento humano mais avançada) antes das demais ciências. Essa mesma lógica pode ser transposta para as ciências humanas, no caso, a sociologia, considerada a ciência mais intrincada por tratar dos fenômenos mais complexos, as relações humanas. Assim, de acordo com Comte (1983, p. 39),

como resultado definitivo temos a matemática, a astronomia, a física, a química, a fisiologia e a física social; tal é a fórmula enciclopédica que, dentre o grande número de classificações que comportam as seis ciências fundamentais, é a única logicamente conforme à hierarquia natural e invariável dos fenômenos.

¹ Em conformidade com esses princípios, o ápice da ciência, ou a ciência mais avançada, seria aquela que lograsse explicar uma ampla gama de fenômenos (princípio de generalidade) com um menor número de leis (princípio de simplicidade).

A partir do exposto, parece ser difícil atribuir à teoria comtiana um caráter reducionista, já que a hierarquia entre as ciências é postulada segundo o grau de desenvolvimento das ciências e não de acordo com a natureza de seu objeto de estudo. Nas palavras de Comte (1983):

Isto num sentido que, a despeito da simultaneidade real e contínua do desenvolvimento das diferentes ciências, aquelas que serão classificadas como anteriores serão, com efeito, as mais antigas e constantemente mais adiantadas do que as apresentadas como posteriores. É o que deve ocorrer inevitavelmente se, na realidade, tomamos, como há de ser, por princípio de classificação o encadeamento lógico natural das diversas ciências, pois o ponto de partida da espécie é necessariamente o mesmo que o do indivíduo. (Comte, 1983, p. 29-30)

Por fim, a última característica que será discutida, aqui, diz respeito ao monismo metodológico supostamente adotado pelo Positivismo comtiano. Com base na noção de método adotada pela ciência moderna, considera-se de modo irrefletido que o Positivismo de Comte emprega o método científico-indutivo-confirmável. Segundo esse método “as hipóteses seriam decorrentes do processo indutivo da meticulosa observação das relações quantitativas existentes entre os fatos e o conhecimento científico seria formado pelas certezas comprovadas pelas evidências experimentais de alguns casos analisados” (Köche, 2009, p. 56). O papel das ciências nesse contexto seria adaptar seu objeto de estudo ao método vigente, o que, por vezes, acabava descaracterizando o fenômeno investigado (Santos, 2004).

A despeito do que é usualmente encontrado na literatura de comentário, de que o Positivismo comtiano defende o emprego do mesmo método, o quantitativo-experimental, para todas as ciências, a unidade metodológica parece pressupor a busca permanente por leis invariáveis do fenômeno de interesse, independentemente dos procedimentos e técnicas empregados para alcançar tal fim. Nas palavras do filósofo: “... embora o método seja essencialmente o mesmo em todas, cada ciência desenvolve especialmente este ou aquele de seus procedimentos característicos ...” (Comte, 1983, p. 37). Nesse sentido, a química poderia se utilizar da experimentação, a biologia da comparação, e assim por diante. Nota-se, aqui, que Comte (1983) parece defender uma forma de investigação científica diferente à da ciência moderna, na medida em que tentava resguardar as peculiaridades do objeto de estudo, e, para tanto, sustentava a ideia de que era o método que deveria ser adaptado ao fenômeno de interesse.

Considerando a discussão dessas três características que são geralmente atribuídas ao Positivismo comtiano sem contestação, assim como a aparente equivalência entre ciência moderna e o Positivismo de Comte, destaca-se que podem ser encontradas limitações e potencialidades na filosofia comtiana, o que nos faz questionar seu caráter necessariamente pejorativo. Não obstante, é importante ressaltar que não se pretende defender o Positivismo comtiano como o sistema filosófico a ser retomado pelas ciências. Este trabalho reclama um estudo crítico do sistema comtiano, para que não sejam delegadas a ele propriedades que não condizem com seus princípios filosóficos.

B. F. Skinner: apenas um comportamentalista?

O comportamentalismo skinneriano é, geralmente, apresentado nos manuais de história da Psicologia como pertencente a uma abordagem unificada, o Comportamentalismo. Essa corrente de pensamento é caracterizada na literatura de comentário “como uma visão estímulo-resposta ou caixa-preta da pessoa, uma psicologia preocupada somente com o que entra e com o que sai do organismo e ignora o seu mundo privado” (Chiesa, 2006, p. 166). Sendo assim, negligencia-se que pode haver diferenças conceituais entre os teóricos comportamentalistas. De acordo com Chiesa (2006), embora Skinner seja apresentado com o rótulo *Comportamentalista* e, portanto, na sequência dos sistemas desenvolvidos por Watson, Hull, Tolman e outros, o comportamentalismo de Skinner, de fato, tem poucas afinidades com essas propostas psicológicas. Nesse sentido, Chiesa (2006) afirma que o nome *Comportamentalismo* é válido apenas para especificar um contexto histórico marcado por uma grande mudança metodológica na Psicologia que ocorreu no século XX, não implicando em uma continuidade filosófica no pensamento dos principais teóricos desse sistema.

Um exemplo dessa classificação mal empregada pode ser constatado quando Skinner, por ser considerado um comportamentalista, é enquadrado no modelo watsoniano. Isso pode ser evidenciado em alguns manuais de Psicologia em trechos como este: “no séc. XX, John B. Watson e, especificamente, B. F. Skinner, são exemplos da aplicação integral do materialismo científico a todo comportamento de todos os organismos, inclusive do homem” (Wertheimer, 1977, p. 62); ou ainda, “como John Watson, Skinner é conhecido por seu ponto de vista behaviorista. Ele sempre insistiu em que o comportamento observável é a única preocupação própria do psicólogo” (Davidoff, 1983, p. 175).

A identificação equivocada do sistema psicológico de Skinner com o de Watson apoia, muitas vezes, a extensão da interpretação positivista do comportamentalismo de Watson ao comportamentalismo de Skinner (Carrara, 2005). No entanto, como será esclarecida adiante, essa identificação é passível de ser criticada, como o fez Carrara (2005):

No contexto apresentado, torna-se claro que as pechas de supersimplificação e superficialidade não se aplicam à estrutura teórica do behaviorismo radical tal como proposta por Skinner. Tais críticas resultam de leituras apressadas e conseqüente desconsideração do corpo teórico integral de sua obra, bem como de aplicações completamente inapropriadas da Análise do Comportamento. (Carrara, 2005, p. 165)

Skinner positivista comtiano?

Com base nos esclarecimentos acima, cabe ainda avaliar se a teoria de Skinner compartilha algumas características com o Positivismo comtiano. Acerca disso, é importante arrear a concepção de que o Comportamentalismo skinneriano seja monolítico, ou seja, de que seu constructo teórico não sofreu modificações. A obra skinneriana sofreu mudanças substanciais – o que é de se esperar para uma vida de intensa publicação acadêmica, envolvendo um período de quase sessenta anos².

De acordo com Moxley (1999), podem ser encontrados dois “Skinner’s”: um “moderno” e outro “pós-moderno”. Isso decorre, pois, no início de suas publicações, o próprio Skinner se definia como positivista. Sendo assim, o “Skinner moderno” defende um determinismo na ciência, visto que ainda está atrelado à noção de reflexo, bem como se compromete com pressupostos empiristas e positivistas (Moxley, 1999, 2006; Laurenti, 2011). Para Moxley (2006), esse Skinner “moderno” pode ser encontrado em obras anteriores a 1945, principalmente em “O comportamento dos organismos” e “Walden II”³. Moxley (2006), por exemplo, discute o romance skinneriano “Walden II” cotejando-o com preceitos de utopias positivistas. Com essa análise, encontra na utopia skinneriana aspectos consistentes com o Positivismo de Comte, a saber: alusão à certeza, à unificação e ao progresso, características comuns das utopias modernas da época.

² Cabe notar que Skinner publicou de 1931 até o ano de sua morte, em 1990.

³ Todavia, cabe destacar que a obra skinneriana não pode ser entendida de modo linear, na medida em que traços do “Skinner moderno” podem ser encontrados em textos posteriores à década de 1940, período no qual se sobressaem aspectos pós-modernos (Moxley, 1999).

Embora esses dois tipos de compreensão do modelo skinneriano de explicação do comportamento sejam incompatíveis (positivista e pós-moderno), Cruz e Cillo (2008) apontam que as contradições referentes às concepções iniciais de Skinner foram fundamentais para que ele se afastasse do paradigma moderno. Com efeito, Abib (1999), Cruz e Cillo (2008), e Moxley (1999) defendem que Skinner abandonou essa concepção em publicações posteriores e se afastou do Positivismo comtiano, apresentando tendências pós-modernas. Isso decorre da mudança substancial apresentada por Skinner em seu modelo de explicação do comportamento. Inicialmente, seguindo tendências positivistas, Skinner adotou o paradigma estímulo-resposta, ao passo que com o desenvolvimento de sua proposta, e, principalmente, a partir da publicação de seu artigo “A Análise Operacional de Termos Psicológicos” em 1945, passa a explicar o comportamento por meio da noção de tríplice-contingência, se afastando dos pressupostos positivistas e se aproximando de uma visão selecionista-darwinista e pragmatista.

Com base no exposto, este trabalho pretende mostrar que a classificação positivista da obra skinneriana pode ser posta em suspeita. Isso se justifica por alguns motivos. Um deles é indicado por Chiesa (2006), ao defender que o Comportamentalismo de Skinner não pode ser conceituado apenas como uma extensão de pressupostos comportamentalistas. Outro aspecto relevante diz respeito à heterogeneidade da obra skinneriana, de tal sorte que sua proposta científica não pode ser considerada uma teoria linear e monolítica. Com efeito, as eventuais afinidades do texto skinneriano com o Positivismo comtiano não podem ser representativas de toda a obra. É importante destacar que a obra skinneriana é heterogênea, de modo que ao menos duas interpretações acerca de sua proposta são possíveis, tanto a que a filia ao Positivismo comtiano quanto a que a afasta.

Por meio da comparação dos fundamentos positivistas e dos princípios skinnerianos, pode-se verificar que ambos os teóricos partilham algumas concepções. Tanto Skinner quanto Comte defendem o papel da teoria na construção do conhecimento científico. Para Comte (1983) a teoria se assenta em fatos observáveis, cuja função é desvelar as relações entre os fenômenos. Assim, as chamadas ciências abstratas responsáveis pela formulação do conhecimento teórico são consideradas fundamentais para o desenvolvimento das ciências concretas, ou seja, a elaboração de técnicas e procedimentos. Skinner também reconhece a importância da teoria para a ciência. Entretanto, sua concepção destoa da noção comtiana. No comportamentalismo de Skinner a teoria pode ser entendida como instrumento conceitual. Isso porque o instrumentalismo científico compreende as teorias como

ferramentas conceituais ou regras para organizar a pesquisa. Nessa concepção, a teoria em si mesma não é dotada de significado, ela possui uma função construtiva (Laurenti & Abib, 2005). O cientista se utiliza da teoria como uma forma de interpretar a realidade edificando de acordo com um contexto teórico-conceitual específico os dados de sua ciência (Laurenti & Lopes, 2009; Laurenti, 2007). Dito em outras palavras, a teoria “funciona com um recurso heurístico para suscitar questões e fomentar a criatividade científica” (Laurenti & Abib, 2005, p. 147). Deste modo, não se reduz, como no caso de Comte, o constructo teórico ao crivo da observação direta dos fenômenos estudados, ou seja, pode-se elaborar hipóteses acerca de um assunto com base em inferências e não necessariamente em dados observáveis. Como exemplo, encontra-se um conceito central na teoria skinneriana, a noção de contingência de reforço, que orienta a pesquisa científica e pode ser utilizada para analisar comportamentos que não são sujeitos à observação direta, deixando margem à interpretação do pesquisador. Assim, tanto as hipóteses quanto as inferências possuem um estatuto epistemológico legítimo na concepção skinneriana (Laurenti & Abib, 2005). Isso pode ser observado no estudo da sobrevivência das culturas. Por mais que contingências culturais não sejam passíveis de serem observadas e manipuladas diretamente, de modo a não permitir a formulação de hipóteses, pode-se com base em inferências, tratá-las de modo científico.

Os dois autores parecem concordar em outro aspecto, posto que não adotam uma visão reducionista das ciências. Isso pode ser observado na teoria positivista comtiana na noção de hierarquia das ciências, uma vez que ela é norteadas pelo grau de desenvolvimento dos campos científicos. Já no que diz respeito à teoria skinneriana, o reducionismo parece ser incompatível com o modelo de seleção pelas consequências. Nesse modelo Skinner (1981) defende que o comportamento deve ser entendido em termos de três níveis de análise, a saber: filogenético, ontogenético e cultural. Em linhas gerais, o primeiro nível, a filogênese se preocupa com a história da espécie, ela lida com as contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, sendo área específica da Biologia. O segundo nível, a ontogênese, diz respeito à história de vida do indivíduo, é o campo do condicionamento operante, das contingências de reforçamento. É estudado pela Psicologia e comporta o último nível. O terceiro e último nível, o cultural, trata da história da cultura, ou seja, de contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído, cuja disciplina de interesse é a Antropologia (Skinner, 1981). Em seu modelo de seleção pelas consequências, Skinner (1981) deixa claro que não se deve empreender um reducionismo entre as ciências, a fim de respeitar, portanto, as peculiaridades de cada

fenômeno investigado assim como Comte (1983). Contudo, para Skinner, deve haver uma articulação entre os diferentes saberes, pois cada nível de variação e seleção é composto por fenômenos e processos distintos que não devem ser reduzidos a outros níveis. Skinner parece defender, desse modo, uma autonomia entre as diferentes áreas de conhecimento. Assim, enquanto Comte (1983) adota um modelo hierárquico entre as ciências, Skinner advoga um modelo transdisciplinar, no qual não há a predileção de um campo de conhecimento. Isso porque, para Skinner, nenhuma ciência é capaz em si mesma de explicar um fenômeno. Há, portanto, uma relação horizontal de complementação entre as ciências (Laurenti, 2012).

Por fim, ambos objetam o monismo metodológico. No Positivismo comtiano, isso pode ser constatado por meio da unidade metodológica, ou seja, a noção de que as diferentes ciências podem utilizar o procedimento que mais se adequa ao seu objeto de estudo, desde que os fundamentos da filosofia positiva sejam resguardados. Quanto ao comportamentalismo de Skinner, ele é, geralmente, conhecido por defender a prioridade do método experimental. Luna (1997, p. 310) problematiza essa questão ao afirmar que a Análise Experimental do Comportamento incorreu em uma “fetichização” do procedimento, em que o objeto de estudo deixa de ser o comportamento e se volta para o método. Todavia, parece ser possível defender um pluralismo metodológico na teoria skinneriana, uma vez que o autor considera legítimo o emprego de outros métodos, como, por exemplo, a interpretação, entendida como a explicação de uma afirmação. Silva (2004) também tece considerações a respeito, convidando os analistas do comportamento a se engajar de forma crítica no desenvolvimento de novas técnicas. Isso porque, na perspectiva Comportamentalista Radical, “ciência não se resume apenas à descrição de relações funcionais entre variáveis que podem ser manipuladas, medidas, previstas e controladas. Ciência transgride tais limites. Com a transgressão da interpretação, Skinner alarga o conceito de ciência do comportamento” (Abib, 2003, p. 60).

Considerações finais

Em suma, pautando-se na comparação entre preceitos positivistas e pressupostos skinnerianos, pode-se afirmar que à semelhança de Comte (1983), Skinner (1974, 1981, 1984) defende: (i) a importância da teoria, (ii) uma relação não reducionista entre os diferentes campos científicos, e (iii) uma pluralidade de procedimentos metodológicos. Não obstante, as afinidades entre eles param por aí. Isso porque Skinner delineia uma concepção de teoria marcadamente distinta da de Comte, envolvendo conceitos que não passam pelo crivo da observação direta.

Ademais, o não reducionismo e o pluralismo metodológico skinneriano é encorajado pela noção de transdisciplinaridade, o que não se verifica em Comte.

Conclui-se que a carência de uma leitura filosoficamente orientada dos referidos autores contribui para a reprodução de equívocos que podem comprometer uma recepção crítica de suas filosofias.

Referências

Abib, J. A. D. (1996). Epistemologia, transdisciplinaridade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 12*, 219-229.

Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós- moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*, 237-247.

Abib, J. A. D. (2003). Behaviorismo radical e interpretação. In M. Z. da S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: A história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação* (Vol. 11, pp. 57-65). Santo André: Esetec.

Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP.

Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: A filosofia e a ciência*. Brasília: Editora Cealeiro.

Comte, A. (1983). Curso de filosofia positiva. In J. A. Gianotti, *Os pensadores* (pp. 3-94). São Paulo: Abril Cultural.

Cruz, R. N. da., & Cillo, E. N. P. de. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24*, 375-385.

Davidoff, L. L. (1983). *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill.

Freire, I. R. (1997). *Raízes da psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Köche, J. C. (2009). *Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2005). Instrumentalismo científico e o modelo de seleção por conseqüências. In H. J. Guilhardi., & N. C. de Aguirre, *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol. 15, pp. 147-156). Santo André: Esetec.

Laurenti, C. (2007). Um diálogo entre B. F. Skinner e Proteu: construindo uma leitura pragmatista da teoria científica no behaviorismo radical. In W. C. M. P. da Silva (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Reflexões teórico-conceituais e implicação para a pesquisa* (Vol. 20, pp. 101-109). Santo André: Esetec.

Laurenti, C. (2012, no prelo). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.

Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no behaviorismo radical: identidade ou dicotomia? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 129-136.

Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2010). *Método de análise conceitual-estrutural de texto*. Universidade Estadual de Maringá, (Apostila).

Luna, S. V. de. (2010). O falso conflito entre tendências metodológicas. In I. Fazenda, *Metodologia da pesquisa educacional* (pp. 23-37). São Paulo: Cortez.

Luna, S. V. de (1997). O terapeuta é um cientista? In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (Vol. 1, pp. 305-313). São Paulo: Arbytes.

Marx, M. H, & Hillix, W. A. (1993). *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix.

Mizukami, M. da G. N. (1986). Abordagem comportamentalista. In *Ensino: as abordagens do processo* (pp. 19-35). São Paulo: EPU.

Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.

Moxley, R. A. (2006). B. F. Skinner's other positivistic book: Walden Two. *Behavior and Philosophy*, 34, 19-37.

Santos, B. de S. (2004). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.

Skinner, B. F. (1984). The operational analysis of psychological terms. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7, 547-553.

Silva, W. C. M. P. da. (2004). A produção do conhecimento em psicologia comportamental: revendo paradigmas. In M. Z. da S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs.),

Sobre comportamento e cognição: Contingências e metacontingências: Contextos sócioverbais e o comportamento do terapeuta (Vol. 13, pp. 120-127). Santo André: Esetec.

Wertheimer, M. (1977). *Pequena história da psicologia*. São Paulo: Editora Nacional.